

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO III**

### **DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL**

#### **QUESTÃO 5**

Por ausência de candidatos que preenchessem o requisito temporal mínimo de 10 anos na carreira, foi encaminhada, ao Tribunal de Justiça, lista com 4 membros do Ministério Público, em vez das 6 indicações previstas na Constituição Federal, para o preenchimento de vaga destinada ao quinto constitucional. Considerando essa situação hipotética, responda, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, se essa lista quádrupla é constitucional.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# **PROVA ORAL**

## **PONTO III**

### **DISCIPLINA: DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

#### **QUESTÃO 5**

O Ministério Público instaurou inquérito civil público a fim de apurar denúncias de tratamento desumano e vexatório imposto a menores custodiados em unidade de internação, durante rebelião.

Com base nessa situação hipotética, responda, de forma fundamentada, se o Ministério Público poderia requerer, mediante ação civil pública, indenização por dano moral coletivo. Em caso afirmativo, responda se seriam necessárias a comprovação de dor, de sofrimento e de abalo psicológico sofridos por cada um dos internos.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**  
Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro  
de reserva para o cargo de Promotor de Justiça Substituto

# PROVA ORAL

## PONTO III

### DISCIPLINA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### QUESTÃO 5

O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra o estado X, requerendo a condenação do ente público ao cumprimento de obrigação de fazer referente ao fornecimento, na rede pública de saúde, de vacina contra a gripe H1N1 a todos os infantes de até dezesseis anos de idade. Após a instrução, o juízo julgou o pedido ministerial improcedente, razão pela qual o promotor de justiça interpôs apelação. Intimada, a Procuradoria do estado X alegou preliminar de intempestividade do recurso, interposto no décimo quinto dia após a ciência pessoal do membro do *parquet*.

Considerando essa situação hipotética, discorra, de modo fundamentado, sobre a alegação preliminar da Procuradoria do estado X.